



22/08/2025

Número: **0600001-38.2025.6.22.0001**

Classe: **Ação DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL**

Órgão julgador: **001ª ZONA ELEITORAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO**

Última distribuição : **07/01/2025**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Abuso - De Poder Político/Autoridade**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA (INTERESSADO)</b>	
<b>MARCELIO RODRIGUES UCHOA (INTERESSADO)</b>	
	<b>ALEXANDRE CAMARGO (ADVOGADO)</b> <b>ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO (ADVOGADO)</b> <b>NELSON CANEDO MOTTA (ADVOGADO)</b> <b>ALEXANDRE CAMARGO FILHO registrado(a) civilmente como ALEXANDRE CAMARGO FILHO (ADVOGADO)</b> <b>CRISTIANE SILVA PAVIN (ADVOGADO)</b> <b>NAYARA GOMES NOGUEIRA (ADVOGADO)</b>
<b>SERGIO BERMOND VAROTTI (INTERESSADO)</b>	
	<b>NELSON CANEDO MOTTA (ADVOGADO)</b> <b>ALEXANDRE CAMARGO (ADVOGADO)</b> <b>ZOIL BATISTA DE MAGALHAES NETO (ADVOGADO)</b> <b>ALEXANDRE CAMARGO FILHO registrado(a) civilmente como ALEXANDRE CAMARGO FILHO (ADVOGADO)</b> <b>CRISTIANE SILVA PAVIN (ADVOGADO)</b> <b>NAYARA GOMES NOGUEIRA (ADVOGADO)</b>

Outros participantes			
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE RONDÔNIA (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
123148576	18/08/2025 23:01	<a href="#">MPRO-Documento-06000013820256220001-20250818_2201.pdf</a>	Recurso Eleitoral



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL DA COMARCA DE  
GUAJARÁ-MIRIM/RO

Processo nº 0600001-38.2025.6.22.0001

Recorrente: Ministério Público Eleitoral

Recorridos: Marcelo Rodrigues Uchôa e Sérgio Bermond Varotti

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio do Promotor de Justiça Eleitoral que ao final subscreve, no exercício das suas atribuições constitucionais e legais, vem, no prazo legal, com base no art. 22, "caput", da Lei Complementar nº 64/90 e art. 265, "caput", do Código Eleitoral, interpor RECURSO ELEITORAL, em face da r. sentença de ID 123145912, que julgou improcedentes os pedidos da exordial.

Em tempo, requer, após as formalidades de praxe, sejam encaminhadas ao E. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, para apreciação e julgamento das razões anexas.

Guajará-Mirim/RO, data certificada.

Eider José Mendonça das Neves

Promotor de Justiça Eleitoral

Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000  
(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)





MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL

Processo nº 0600001-38.2025.6.22.0001

Recorrente: Ministério Público Eleitoral

Recorridos: Marcélio Rodrigues Uchôa e Sérgio Bermond Varotti

RECURSO ELEITORAL

Egrégio Tribunal Regional Eleitoral,  
Ínclitos Julgadores,  
Douta Procuradoria Regional Eleitoral.

I – DA SINOPSE FÁTICA:

01. O Ministério Público Eleitoral ajuizou Representação Eleitoral para apuração de captação ilícita de recursos para fins eleitorais em face de **MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA** e **SÉRGIO BERMOND VAROTTI**, em razão da prática pelo então candidato a prefeito da conduta prevista no art. 30-A da Lei nº 9.504/97.

02. Prolatada a sentença de ID 123145912, o Juízo *a quo* julgou improcedentes os pedidos da Representação, fundamentando, em síntese:

“(…) Pois bem. Particularmente, a versão altruísta do requerido Marcélio - vendeu imóvel particular para doar 75% do dinheiro a candidatos a vereador que não foram agraciados com verba do fundo partidário -, se apresenta pouco plausível, embora não seja impossível, data vênua.

Não obstante isso, como disse o Min. Eros Grau, os “juízes não podem decidir subjetivamente, de acordo com o seu senso de justiça.” (Por que tenho medo dos juízes, a interpretação/aplicação do direito e os princípios, 6º ed., 2014, ED. Malheiros, p. 22). Então, o julgamento se faz

Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000  
(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

---

contextualizando as versões apresentadas pelas partes com o conjunto probatório produzido, para que, ao final, se possa concluir se, de fato, ocorreu ou não o ilícito eleitoral imputado.

No caso concreto, a partir das provas produzidas em contraditório - o contraditório se faz em juízo, sob pena de tornar supérfluo o devido processo legal -, é possível concluir que os trinta mil reais apreendidos podem ser provenientes da venda de um imóvel pertencente ao requerido Marcélio, como consta da sua defesa.

Os documentos anexados aos autos, como por exemplo, imposto de renda pessoa física (IRPF/2023) e a declaração de bens apresentada à Justiça Eleitoral (IDs 122987923 e 122987925), aliados aos depoimento da testemunha Natalino Álvaro Mauro Júnior (comprador do imóvel referido) e do informante Magno Alves Sales (quem recebeu o dinheiro), revelam a existência de dúvida razoável a respeito da tese defendida na inicial, qual seja, de que a origem do recurso seria ilícita. A dúvida, nesse caso, deve ser resolvida a favor dos requeridos.

Por outro lado, as provas testemunhais e as transferências bancárias para contas oficiais, mesmo que após o dia 03/10/2024 (IDs 122987931 e 123092215), indicam, ao menos em tese, que Marcélio seria doador de recursos pessoais para a campanha de candidatos a vereador do PP, esses que, segundo se apurou em audiência, de fato, não teriam recebido recursos do fundo especial de financiamento de campanha.

Aqui, mais uma vez, a dúvida deve ser resolvida a favor dos requeridos. Pois, uma vez que os recursos aparentam ter origem lícita, não era impossível que, ao chegar em Jacinópolis o requerido Marcélio pudesse, realmente, depositar o numerário em sua conta bancária para, a partir daí, realizar as transferências com identificação da origem, na forma do art. 21, da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Como visto acima, o "caixa 2" caracteriza-se pelo fluxo de numerário à margem do sistema de controle, que, no caso concreto, se configuraria

---

**Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000**  
**(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)**





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

apenas se as provas apontassem no sentido de que os trinta mil reais apreendidos não seriam contabilizados pelos donatários

Porém, no dia 03/10/2024 (data da apreensão) haveria tempo hábil para a contabilização, pois o doador, ora requerido Marcélio, ainda podia depositar o dinheiro em Jacinópolis, e, então, observar a regra do art. 21, I, da Resolução TSE n. 23.607/2019, e, a partir da efetivação da doação, os beneficiários poderiam fazer a devida prestação de contas.

Dessa forma, é possível observar que a versão dos requeridos, como dito inicialmente, revela-se possível processualmente falando, isto é, contextualizando com o que consta dos autos.

Desse modo, a dúvida deve favorecer a vontade popular. A propósito, do total de 14.934 votos válidos para o cargo de Prefeito e Vice, os requeridos obtiveram 9.480 (63,48% dos votos apurados).

Destarte, ante a carência de elementos probatórios para além da dúvida razoável, entendo, com a devida vênia, que a pretensão contida na inicial não pode ser acolhida.

**III. DISPOSITIVO**

Isso posto, nos autos do processo de n. 0600001-38.2025.6.22.0001, com base no art. 487, I, do CPC, c/c art. 1º, da Resolução TSE n. 23.478/2016, e art. 44, da Resolução TSE n. 23.608/2019, rejeito os pedidos formulados na inicial. Procedam-se as anotações de praxe e, transitada em julgado e nada sendo requerido em até 5 (cinco) dias, arquivem-se os autos. (...)" (SIC)

03. Irresignado da decisão outrora proferida, o Ministério Público Eleitoral interpõe, tempestivamente, o presente Recurso Eleitoral, segundo a disposição contida no art. 258, "caput" do Código Eleitoral.

**II – DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL:**

**Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000**  
**(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)**





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

---

04. Quanto aos requisitos subjetivos, depreende-se a legitimidade e interesse ministerial para recorrer, porquanto a decisão ora combatida lhe ser desfavorável.

05. Sob o aspecto objetivo, preambularmente, o Recurso Eleitoral é cabível contra sentença proferida em sede de Representação Eleitoral, uma vez que esta segue o rito sumário estabelecido no art. 22 da LC nº 64/90.

06. Neste tocante, o prazo recursal previsto para o rito do art. 22 supracitado, é o do art. 258<sup>1</sup>, do Código Eleitoral, isto é, de 3 (três) dias.

07. A propósito, no caso em apreço, ressalte-se que quanto à contagem de prazo para recurso em sede de AIJE, observa-se o calendário ordinário, portanto, suspendendo nos finais de semana e correndo nos dias úteis.

08. Nesse sentido, colha-se o seguinte aresto do Tribunal Regional Eleitoral do Pará:

DIREITO ELEITORAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE). PRAZO RECURSAL. PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (DJE). INÍCIO DO PRAZO DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SEGUINTE. RECURSO INTERPOSTO DENTRO DO TRÍDUO LEGAL. AGRAVO PROVIDO.

I. CASO EM EXAME

1. Trata-se de Agravo Regimental interposto pela Coligação "Juntos Por Um São Domingos do Capim Melhor Para Todos" contra decisão monocrática que não conheceu de Recurso Eleitoral Inominado, por suposta intempestividade.

2. A ação originária é uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), com base em alegada prática de conduta vedada à Administração Pública (arts. 73, VI, "b", e 77 da Lei nº 9.504/1997), pela suposta realização de inauguração de obras públicas em período vedado.

---

<sup>1</sup> Art. 258. Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou despacho.





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

---

3. Após a improcedência da AIJE pelo juízo de primeiro grau, sentença foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) no dia 13/12/2024 (sexta-feira). O recurso foi interposto no dia 18/12/2024 (quarta-feira).

4. A relatoria considerou o prazo contínuo e a publicação no mural eletrônico como termo inicial, reconhecendo a intempestividade. O agravante sustenta que o prazo deve ser contado de forma não contínua, com início no primeiro dia útil subsequente à publicação no DJE.

**II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO**

5. Determinar a regra de contagem do prazo recursal aplicável à AIJE no período eleitoral, especificamente quanto à definição do marco inicial.

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

6. A AIJE segue o rito previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, o qual não está submetido às regras excepcionais de contagem de prazo contínuo previstas nas Resoluções TSE nº 23.607/2019, 23.608/2019 e 23.609/2019, aplicáveis a registros de candidatura, prestações de contas e representações por propaganda irregular.

7. O §2º do art. 7º da Resolução TSE nº 23.608/2019 expressamente exclui a aplicação da contagem contínua aos processos regidos pelo art. 22 da LC nº 64/1990, confirmando o tratamento diferenciado às AIJEs.

8. O meio oficial de publicação da sentença nas AIJEs é o Diário da Justiça Eletrônico (DJE), e não o mural eletrônico. Assim, publicada a sentença no DJE em 13/12/2024 (sexta-feira), o prazo recursal de três dias úteis teve início no primeiro dia útil subsequente, ou seja, em 16/12/2024 (segunda-feira), encerrando-se em 18/12/2024 (quarta-feira), data em que o recurso foi tempestivamente protocolado.

**IV. DISPOSITIVO E TESE**

9. Agravo Regimental conhecido e provido, para reformar a decisão monocrática e determinar o regular prosseguimento do Recurso Eleitoral Inominado, diante da sua tempestividade.

Tese de julgamento: **"Nas AIJEs, a contagem do prazo recursal observa o calendário ordinário, com início no primeiro dia útil subsequente à**

---

Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000  
(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

publicação da decisão no Diário da Justiça Eletrônico (DJE)"

Dispositivos relevantes citados

- Lei Complementar nº 64/1990, art. 22;
- Lei nº 9.504/1997, arts. 73, VI, "b", e 77;
- Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), art. 258;
- Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), arts. 219 e 224;
- Resolução TSE nº 23.608/2019, art. 7º, §2º;
- Resolução TSE nº 23.609/2019, art. 38;
- Resolução TSE nº 23.478/2016, art. 7º.
- Tribunal Regional Eleitoral do Pará – Recurso Eleitoral nº 060073452, Acórdão, Des. Rafael Fecury Nogueira, publicado em 03/10/2024.<sup>2</sup> (Destacou-se).

09. Ademais, frise-se que não se está em período eleitoral (15/08 a 19/12), em que os prazos são contínuos e peremptórios, sequer em ano eleitoral, devendo a contagem, conforme já se deixou entrever, respeitar o calendário ordinário.

10. Nesse norte, havendo o Ministério Público Eleitoral tomado ciência na data de 13/08/2025 e encerrando-se o tríduo no dia 16/08 (sábado), prorroga-se o prazo para interposição do recurso para o primeiro dia útil seguinte, ou seja, 18/08.

11. Destarte, preenchidos tanto os requisitos subjetivos, quanto objetivos, deve o presente recurso ser **conhecido** pelo E. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**III – DAS RAZÕES DE MÉRITO RECURSAL:**

12. Não obstante a indiscutível sapiência jurídica do magistrado "a quo", merece a decisão judicial, outrora proferida, ser reformada conforme os

<sup>2</sup> AgR no(a) REI nº 060093077. TRE-PA. Relator(a): Des. Marcelo Lima Guedes. Relator designado(a): Des. Maria Filomena De Almeida Buarque Julgamento: 05/08/2025. Publicação: 14/08/2025.







**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

---

fundamentos a seguir expostos:

13. Preambularmente, registre-se que, com fulcro nos elementos de informação colhidos em sede de procedimento inquisitorial, cujo compartilhamento fora postulado e deferido pelo Juízo eleitoral, bem como pela prova produzida ao longo da instrução do feito, notadamente, durante a audiência de instrução, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, restou demonstrada a captação ilícita de recursos para fins eleitorais pelo então candidato **MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA**.

14. Ocorre que o Juízo de 1º grau, a nosso sentir de forma equivocada, acolheu a versão apresentada pelos recorridos, versão essa, “data venia”, fantasiosa e criada para justificar os valores apreendidos em espécie, na posse do então candidato, às vésperas no pleito eleitoral municipal.

15. Com efeito, conforme demonstrado, o Tenente da PM/BPA, *Marciney da Costa e Silva*, ao ser ouvido em audiência, **externou estranheza não apenas quanto aos valores apreendidos em espécie não serem dotados de comprovação quanto à origem – e valores altos, repise-se – mas igualmente, o fato de que o então candidato, ao ser abordado, informou que o dinheiro seria para pagar “formiguinhas” e combustível, estando ele se deslocando para uma reunião no Distrito de Jacinópolis com essa finalidade e, ainda assim, informar que poderia deixar os valores com os policiais e voltar depois. Valendo-se das palavras da própria testemunha: *faria um pagamento, mas queria deixar o dinheiro.***

16. Consoante igualmente suscitado, o Delegado da Polícia Federal, *Tiago Mota Martins Teixeira*, em seu depoimento, **ratificou a mudança de versões apresentadas pelo então candidato, qual seja, a de que, durante a abordagem policial, os valores apreendidos eram resultantes de doações eleitorais e serviriam para pagar despesas de campanha, como combustível e “formiguinhas”. Já em interrogatório perante a Polícia Federal, os valores se**

---

Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000  
(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

---

tratavam de produto da venda de imóvel urbano cujo contrato de compra e venda seria verbal.

17. No caso dos autos, havendo a autoridade policial vislumbrado a finalidade eleitoral dos valores apreendidos, o dinheiro deveria ser repassado pelos meios oficiais (transferência eleitoral e recibos), razão porque entendeu que, criminalmente, estariam presentes os requisitos do crime de falsidade ideológica eleitoral, previsto no art. 350 do Código Eleitoral.

18. Diante disso, algumas indagações não foram respondidas adequadamente pelos recorridos e ainda subsistem: **Se os valores apreendidos resultaram de mera e simples negociação de terreno, por que não fora informado pelo então candidato, desde o princípio, em sede de abordagem policial, aos agentes de segurança?**

19. Diga-se de passagem que a versão da compra e venda de terreno seria muito mais simples e fácil de comprovar do que a de doação eleitoral, que eventualmente exigiria a verificação da utilização dos meios oficiais em razão da natureza eleitoral, como comprovação de transferências bancárias, recibos, comprovação pelos doadores nas respectivas prestações de contas etc.

20. Dessa forma, indaga-se: **Se o então candidato vendeu um terreno e adquiriu os aludidos valores, por que não optou pelo caminho mais simples em vez de indicar a origem em doações e o destino igualmente eleitoral, encadeando assim a investigação criminal e repercutindo na seara civil - eleitoral, inclusive redundando na presente demanda?**

21. Conforme já debatido em 1º grau, não havendo outro caminho a trilhar, diante da apreensão dos valores em espécie e havendo a necessidade de excluir do mundo fático a informação dada pelo próprio recorrido e atestada por agente público no exercício das atribuições, de que os valores eram produto de doação eleitoral e se destinariam ao propósito também eleitoral,

---

Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000  
(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

---

surgiu a versão, de forma oportuna e conveniente, de venda de imóvel, com base em contrato verbal, que estranhamente, convolou-se em contrato escrito e com procedimentos formalizados muito “a posteriori”.

22. Nesse sentido, chama atenção o fato de que o suposto contrato de compra e venda (ID 122987926), repise-se: antes verbal e depois convertido em escrito, **fora confeccionado em 09/11/2024, ou seja, mais de 01 (um) mês depois da apreensão dos valores (03/10/2024), com reconhecimento das assinaturas, perante o cartório de Nova Mamoré, somente em 03/02/2025, ou seja, 04 (quatro) meses após os fatos e um 01 (um) mês depois da propositura da Representação Eleitoral.**

23. Desse modo, indene de dúvidas de que **os recorridos tiveram tempo mais do que suficiente para formalizarem a nova versão dos fatos (alterada convenientemente durante o interrogatório perante a autoridade policial) quanto à origem dos valores apreendidos pelas forças de segurança.**

24. Não se pode descurar ainda, conforme veiculado na própria sentença, a falta de plausibilidade da versão “altruísta” sustentada, particularmente, pelo então candidato a Prefeito, uma vez que a pretensão dele, com os valores apreendidos, seria doar 75% (setenta e cinco por cento) da venda do terreno para candidatos a vereadores que não teriam recebido verba do fundo partidário.

25. Em outras palavras: **o recorrido, voluntariamente, teria aberto mão de parcela do patrimônio imobiliário dele para auxiliar candidatos da coligação, em período eleitoral, representando, sem dúvida alguma, uma atitude tão nobre que causa até espécie.**

26. A propósito, chamou igualmente atenção o fato do recorrido, para fins de dar ares de veracidade à pretensão “altruística”, frustrada pela atuação policial, ter realizado transferências bancárias de valores aproximados a R\$

---

Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000  
(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

---

1.069,50 (um mil e sessenta e nove reais e cinquenta centavos) em favor de 06 (seis) candidatos não eleitos do Partido Progressista, quais sejam, *Juvenil Quirino Jaconi, Jocilene Sodré de Souza, Hélio Ferreira Leite, Aronilton Martins de Andrade, Abneir Soares França e Adilson Martins de Andrade*, segundo informado por ele próprio em sede defesa. **O interessante é que tais operações teriam ocorrido dia 11/10/2024, ou seja, após o pleito eleitoral municipal.**

27. Sobreleva ressaltar ainda, consoante já ventilado, que a maioria das pessoas arroladas pelos recorridos e ouvidas em Juízo, coincidentemente, são servidores do Município, portanto, subordinados ao chefe do Executivo, não sendo razoável que pudessem depor contra a versão apresentada por ele, razão por que não prestaram compromisso legal de dizerem a verdade durante a audiência de instrução.

28. Destarte, por todos os fatos acima apontados e extraídos dos próprios autos de representação eleitoral, conclui-se pela **necessidade de afastamento da versão inventada pelo então candidato para justificar a origem dos valores apreendidos em espécie, devendo ser reconhecido, por essa colendo Tribunal, que os recorridos descumpriram procedimentos previstos na legislação eleitoral, justificando a reforma da decisão judicial.**

29. Segundo demonstrado à saciedade, perante o Juízo de piso, houve captação ilícita de recursos para fins eleitorais, na modalidade arrecadação de recursos à margem da prestação de contas, porquanto se tratarem de recursos que não transitaram pela conta obrigatória do então candidato a prefeito.

30. Nessa toada, a legislação eleitoral brasileira, de modo particular, a Lei nº 9.504/97 (do art. 17 ao 32), estabeleceu a obrigatoriedade de candidatos/as e partidos políticos prestarem contas da arrecadação de recursos e dos respectivos gastos em campanhas eleitorais, permitindo o exercício do controle pela Justiça Eleitoral. Consoante visto, a *mens legis* repousa na

---

Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000  
(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

---

necessidade de manutenção do equilíbrio entre os/as candidatos/as na disputa eleitoral, o que estaria ameaçado na hipótese de recursos de origem não identificada, possivelmente revestida de ilicitude, serem utilizados no financiamento de campanhas, resultando na desigualdade entre os concorrentes, comprometendo a própria normalidade e a legitimidade do pleito.

31. Com o escopo de coibir tais condutas ilícitas, a lei geral das eleições criou mecanismos jurídicos, a exemplo da representação eleitoral do art. 30-A, a qual o Ministério Público Eleitoral outrora se instrumentalizou.

32. Na situação trazida ao conhecimento desse E. Tribunal, vislumbra-se que **MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA** se enquadra na captação ilícita de recursos para fins eleitorais, porquanto identificada a arrecadação de recursos à margem da prestação de contas eleitoral, consubstanciando o ilícito financeiro de campanha conhecido por "caixa dois eleitoral"<sup>3</sup>.

33. Segundo mais do que ventilado em sede de 1º grau, às vésperas do pleito municipal, o então candidato a prefeito de Nova Mamoré/RO fora abordado com quantidade considerável de dinheiro em espécie – ainda que de origem não vedada ou ilícita – mas, não declarada, porquanto se tratar de recurso que não transitou pela conta obrigatória do então candidato e com vinculação estritamente eleitoral, segundo por ele próprio declarado perante a autoridade responsável pela condução do procedimento policial.

34. Importante frisar que os fins colimados, fossem lícitos ou não, mas no mínimo de natureza eleitoral, apenas não se materializaram em face da atuação dos agentes públicos, responsáveis pela abordagem e apreensão dos valores em "dinheiro vivo". Nessa toada, a aparente não utilização efetiva dos valores em campanha não afasta a configuração do ilícito em tela, subsistindo a modalidade de conduta referente à captação ilícita de recursos para fins eleitorais.

---

<sup>3</sup> TRE-RJ, REI nº 060009249, Dje 21.11.2023.





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

---

35. Norte outro, depreende-se que a conduta do recorrido inobservou procedimentos previstos na legislação eleitoral, notadamente, da lei geral das eleições e da Resolução TSE nº 23.607/2019.

36. Com efeito, segundo já discutido, o art. 29 da sobredita Resolução estabelece que as doações de recursos captados para campanha eleitoral realizadas entre candidatas ou candidatos estão sujeitos à emissão de recibo eleitoral na forma do art. 7º da resolução. Por seu turno, o art. 7º, § 1º, estabelece que as doações financeiras devem ser comprovadas, obrigatoriamente, por meio de documento bancário identificador do CPF/CNPJ dos doadores/as, sob pena de configuração do recebimento de recursos de origem não identificada.

37. Na hipótese dos autos, quanto à obrigatoriedade das doações financeiras serem comprovadas por meio de documento bancário hábil a identificar o doador, tal não ocorreu ou não ocorreria, pois, afinal, a doação dos valores por ele seria em espécie, inclusive se deslocando na zona rural para tal, quando poderia fazer via bancária (em agência ou via internet). Ademais, não se pode descurar de que ele não portava nenhum recibo eleitoral, implicando na conclusão de que os valores seriam entregues sem assinatura no recibo, medida essa exigida pelo art. 29, § 3º, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

38. Consoante é de conhecimento, a legislação eleitoral elegeu procedimentos formais/oficiais para a comprovação da arrecadação e dos gastos de recursos por partidos políticos e candidatos/as (transferência eletrônica), possibilitando assim maior controle da Justiça Eleitoral na prestação de contas e rastreabilidade dos valores, afastando assim a gestão dos recursos de campanha na forma de dinheiro em espécie (o chamado “dinheiro vivo”).

39. No caso “sub examine”, no momento em que o então candidato a Prefeito optou em arrecadar recursos à margem da prestação de

---

**Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000**  
**(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)**





**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROMOTORIA ELEITORAL DA 1ª ZONA ELEITORAL**

contas, valendo-se da utilização de valores em espécie, não apenas descumpriu normas eleitorais, mas dificultou a rastreabilidade dos valores incorrendo na conduta ilícita em apreço, motivo por que **deva ser reconhecida a prática, pelos recorridos, de conduta em desacordo com as normas da Lei nº 9.504/97, bem como da Resolução TSE nº 23.607/2019, relativas à arrecadação de recursos para fins eleitorais, atraindo assim, a incidência das sanções previstas no § 2º do art. 30-A da lei geral das eleições.**

**IV – DA CONCLUSÃO:**

**40. ANTE O EXPOSTO, requer o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, seja o presente recurso CONHECIDO e, no mérito, PROVIDO, para fins de reformar a sentença proferida pelo Juízo da 1ª Zona Eleitoral, reconhecendo a procedência dos pedidos iniciais em face dos recorridos.**

Guajará-Mirim/RO, data certificada.

Eider José Mendonça das Neves

**Promotor de Justiça Eleitoral**

**Av. Dr. Mendonça Lima, s/n, Serraria – Guajará-Mirim/RO – CEP 76.850-000**  
**(69) 3516-4650 | [www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)**

